



Swiss Agency for
Development
and Cooperation
SDC



Swiss Agency for
the Environment,
Forests and
Landscape SAEFL

International POPs Elimination Project
*Promoção da Participação de Sociedade Civil Ativa e Eficiente na
Preparação para Implementação da Convenção de Estocolmo*

**Mobilização da Sociedade Civil Brasileira no
Processo de Implementação da Convenção
de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos
Persistentes - POPs**

Associação de Combate aos POPs (ACPO)

**Brasil
Março 2006**

Sobre o Projeto de Eliminação Internacional de POPs

No dia 01 de maio de 2004, a Rede Internacional para Eliminação dos POPs (IPEN - <http://www.ipen.org>) iniciou um projeto global entre várias ONGs denominado o Projeto Internacional para Eliminação dos POPs *em inglês International POPs Elimination Project (IPEP)* em parceria com a Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO) e o Programa para o Ambiente das Nações Unidas (UNEP). O Fundo Mundial para o Meio Ambiente em inglês *Global Environment Facility (GEF)* é o facilitador que provê fundos para o projeto IPEP que tem três objetivos principais:

- Incentivar e habilita ONGs em 40 países em desenvolvendo e em transição para realizar atividades concretas e contribuir com os esforços locais de prepara e para a implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs;
- Aumentar a habilidade e conhecimento de ONGs para capacita-las como um grupo de interesse efetivo no processo de implementação de Convenção de Estocolmo sobre POPs;
- Ajudar estabelecer a coordenação em âmbito regional e nacional de ONGs em todas as regiões do mundo para sustentar esforços a fim de alcançar a segurança química.

IPEP apoiará preparação de relatórios de situações locais, áreas de tensão, resumo das atividades políticas regionais. São três tipos principais de atividades apoiadas pela IPEP: 1. participação no Plano Nacional de Implementação; 2. treinamento e seminários para conscientização; e 3. campanhas para conscientização e informações ao público.

Para obter mais informações, por favor, veja em: <http://www.ipen.org>

A IPEN reconhece o importante o apoio financeiro do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação, Agência Suíça para o Meio Ambiente Florestas e Paisagens, o Fundo para POPs do Canadá, e o Ministério Holandês Planejamento Habitação e Meio Ambiente (VROM).

Este material reflete a visão dos autores e não expressam necessariamente as visões das instituições administrativas e de doadores.

Este relatório está disponível nos idiomas seguintes: Português e Inglês

Mobilização da Sociedade Civil Brasileira no Processo de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs

Norma jurídica nacional

Em 1997, através da Resolução 19/13C, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) sugeriu a criação de um Comitê Intergovernamental Negociador – (INC) para discutir a questão global representada pelos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs).

O Comitê Negociador trabalhou entre os anos de 1998 e 2000, e finalizou a construção de um instrumento legal internacional que tem como finalidade reduzir e eliminar o uso e as emissões de 12 poluentes orgânicos persistentes e identificar novas substâncias que tenham a mesma características de POPs.

Em maio de 2001 durante a Conferência Diplomática dos Plenipotenciários (DIPCON) na Suécia, as partes decidiram adotar este instrumento legal que passou a ser denominado Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (Convenção de Estocolmo sobre POPs). Durante a DIPCON noventa e dois países aderiram à Convenção, entre os quais estava o Brasil.

Em 28 de fevereiro de 2003, o Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente em comunicação interministerial de n.º 71/MRE/MMA encaminhou para Presidência da República Federativa do Brasil o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) traduzido para a língua portuguesa.

Em 16 de maio de 2003 a Presidência da República encaminhou para o Congresso Nacional brasileiro a mensagem n.º 190 acompanhada dos textos da Convenção de Estocolmo sobre POPs para ser ratificada e tramitar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Em 07 de novembro de 2003, a Convenção de Estocolmo sobre POPs tramitava no Congresso Nacional brasileiro como de Projeto de Decreto Legislativo n.º 818/2003 a Câmara dos Deputados tem seu texto aprovado em turno único e é encaminhada para o Senado Federal em 12 de novembro de 2003, através do Of PS-GSE/1037/03.

Em 07 de maio de 2004 o Senado Federal aprovou o texto da Convenção de Estocolmo sobre POPs que tramitou naquela casa como Projeto de Decreto Legislativo n.º 894, de 2003, para então ingressar no sistema jurídico nacional por meio do Decreto Legislativo n.º 204/04

Em 20 de julho de 2005 a Presidência da República Federativa do Brasil através do Decreto n.º 5.472 promulgou o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, no qual prevê a construção de um plano nacional de implementação (NIP-POPs), com a participação da Sociedade Civil e ONGs.

Seminário Estratégias de Mobilização da Sociedade Civil Brasileira para o Processo de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluente Orgânicos Persistentes – POPs

Introdução

Em 22 de janeiro de 2006 na cidade de Salvador, Estado da Bahia, Brasil, representantes de 25 diferentes Organizações Não Governamentais se reuniram para preparar e discutir as contribuições da sociedade civil para o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo (NIP-POPs). No momento, o governo brasileiro está executando o projeto de Assistência Preparatória destinada ao levantamento das necessidades nacionais para a elaboração da proposta final de implementação denominado PDF-B.

O Seminário teve o apoio da International POPs Elimination Network – (IPEN) através do International POPs Elimination Project (IPEP), e do governo brasileiro através da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e da Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde do Ministério da Saúde.

O Seminário foi dividido em duas reuniões, sendo que o primeiro dia foi destinado para apresentações entre os participantes, discussões gerais sobre questões relativas a substâncias químicas na agenda nacional (Agenda Marrom) e a criação formal do Grupo de Trabalho sobre Químicos (**GT_QUÍMICOS**), uma fusão do GT de Segurança Química do FBOMS e do GT BAN da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. As discussões de fusão se iniciaram em outubro de 2003, organizada em 2005 e formalizado em 2006.

No segundo dia foram tratadas as discussões sobre POPs - seu impacto sobre a saúde e o meio ambiente - o histórico da Convenção de Estocolmo - o papel da sociedade civil – o programa de implementação nacional da Convenção sobre POPs (NIP-POPs). Os debates se iniciaram após a apresentação da representante do Ministério do Meio Ambiente Sra. Sérgio Oliveira que expôs sobre as ações planejadas e em execução pelo Governo Federal.

No terceiro dia, os participantes se dividiram em três grupos e discutiram durante a manhã sobre os desafios, dificuldades, ações e estratégias para mobilização e participação da sociedade civil em torno do processo de implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs. Na sessão da tarde, houve a reunião plenária com apresentações dos resultados dos trabalhos em grupos, sendo que ao final de cada apresentação foi aberto para discussões, onde foi possível acrescentar as sugestões e realizar os ajustes necessários nas propostas para serem reportadas ao Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde e para a Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ).

Os participantes do seminário relacionaram como importante medida a criação de um Grupo Estratégico para elaboração de ações, que foi identificado como chave para a mobilização e maior participação da sociedade civil neste processo. As estratégias e ações foram divididas em 3 grupos: pesticidas, questões urbanas e questões industriais, e foram cruzadas com áreas tais como educação, o direito público de saber, inventário de POPs, impactos à saúde de comunidades, inclusive de trabalhadores, envolvimento do Poder Judiciário, do Ministério Público, das universidades e de políticos. Além disso, reconheceram a importância da reunião como primeiro passo para um grupo de ONGs, que incluiu 3 representantes de redes internacionais da sociedade civil, poderem se reunir presencialmente, se conhecer e construir um relacionamento institucional que será muito útil no processo de implementação nacional e regionais.

Este relatório busca descrever o cenário brasileiro de forma resumida, explora as atividades do Seminário *Estratégias de Mobilização da Sociedade Civil* e suas conclusões, apresenta a lista de participantes, dá uma descrição sobre a assistência financeira recebida pelos diferentes patrocinadores e ao final, como ANEXO A, apresenta uma síntese da participação de Sociedade Civil nos Seminários preparatórios visando o Plano Nacional de Implementação (NIP) referente ao Projeto PDF-B patrocinado pelo Global Environment Facility (GEF) e executado pelo Governo Brasileiro.

Cenário brasileiro

Com a população estimada em 186 milhões de habitantes, que se concentra principalmente nas áreas urbanas (aproximadamente 80%), o Brasil tem um território de 8.511.965 km², um litoral atlântico com 9.198 km de extensão e possui quatro grandes bacias hidrográficas: Bacia Amazônica com 3.984.467 km² - Bacia Tocantins-Araguaia com uma área de 803.250 Km² - Bacia do São Francisco - Bacia Platina formada pelas bacias do Rio Paraná.

De acordo com a ABIQUIM (associação brasileira de indústria química) o país ocupa a 7ª posição em capacidade e tamanho de produção da indústria química mundial, com 59,4 bilhões de dólares americanos de receita em 2004. Os dados

de 2003 mostram que este setor representa 3,7% do PIB que mesmo de modo superficial, ilustra a importância do setor para a economia do país. Entretanto este mesmo setor é responsável por um grande número de casos de poluição atmosférica, contaminação ambiental e intoxicação de populações, cujo controle é ainda muito incipiente.

Em relação ao setor de aço, os números de 2004 indicam que 26% da produção contaram com a reciclagem de 8 milhões de toneladas de sucata de ferro. A indústria nacional ocupa o 8º lugar no ranking mundial e companhias, onde se destaca o Grupo Gerdau entre os maiores do continente americano. Entretanto, medidas de controle da geração não intencional de POPs neste setor são praticamente inexistentes. Em 2001, enfrentando denúncias de poluição por PCB e mercúrio, o Grupo Gerdau optou por acusar os ambientalistas e trabalhadores de causarem desordem ao invés de reconhecerem junto às autoridades governamentais que eles poderiam ser a fonte da contaminação. Ao mesmo tempo, inexplicavelmente, a Gerdau desenvolvia testes voluntários de emissões de dioxinas e PCBs no Canadá, como forma de contribuir para a construção do Inventário de Dioxinas daquele País.

Este fato acima ilustra como um mesmo problema vem sendo enfrentado de forma diferente nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento pelas mesmas empresas. A existência de grandes dificuldades para implementar a Convenção de Estocolmo no Brasil foi formalmente reconhecida pelo GEF quando o País obteve a aprovação sua proposta para realização de uma avaliação preliminar para identificar possíveis exigências e avaliar mecanismos apropriados para somente depois desenvolver o seu Plano Nacional de Implementação (NIP). Assim na proposta inicial brasileira (Projeto GEF ID 2096 – Status PDF-B), foi prevista a realização de cinco seminários regionais para coleta de informações através da mobilização de diferentes grupos nacionais de interesse. Foi neste contexto que a sociedade civil brasileira propôs o presente projeto ao IPEP.

Projeto e Atividades do Seminário

O projeto IPEP foi proposto em setembro de 2005 pela ACPO, entidade membro do IPEN desde 1998, e consistiu basicamente na organização de uma primeira reunião nacional focada na participação da sociedade civil no plano de implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs. O projeto IPEP cobriria parte dos custos da organização, e uma outra parte das despesas seria suportada pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde. A FUNDACENTRO, uma instituição de pesquisa associada ao Ministério do Trabalho ofereceu seu apoio tornando disponível sua infra-estrutura, tais como o auditório para as reuniões plenárias e salas para atividades dos grupos de trabalho.

O seminário foi inicialmente programado para ser realizado em outubro de 2005, mas para atender alguns atrasos internos em nível ministerial na aprovação de apoio financeiro, foi adiado para janeiro de 2006, na cidade de Salvador, Bahia, Nordeste do Brasil.

A agenda proposta foi discutida pela Coordenação do Evento no âmbito do GT_Químicos, que incluía representantes da ACPO, RBJA e APROMAC, onde estabeleceram a seguinte agenda final.

<i>22 de Janeiro</i>	<i>23 de Janeiro</i>	<i>24 de Janeiro</i>
<i>Substâncias Químicas Gerais</i>	<i>Convenção de Estocolmo Visão do do Governo e da Sociedade Civil</i>	<i>Discussão em Grupo– Estratégias e Ações</i>
Apresentação dos Participantes	O que e como foi construída a Convenção de Estocolmo sobre POPs. <i>Fernando Berjarano - IPEN</i>	Discussão em Grupo Divisão em 3 grupos de trabalho com as seguintes questões para debater:
Caso de contaminação química: <i>Sr Daniel Barbosa, em nome de Osiris Barbosa</i>	Principais problemas da Sociedade Civil brasileira em relação à Convenção de Estocolmo <i>Jeffer Castelo Branco - ACPO</i>	1- Qual é a situação atual? 2- O que nós queremos? 3- Estratégias e Ações. Áreas principais: urbana, industrial e agrotóxicos
Panorama dos Produtos Químicos em um Mundo Globalizado <i>Fernando Berjarano – IPEN (*)</i>	Estratégias de Ações do Ministério da Saúde em direção à implementação da Convenção de Estocolmo <i>Gilson Spanemberg- Ministério da Saúde (*)</i>	Relatório dos grupos
Fóruns Internacionais de Discussão sobre Químicos <i>Karen Suassuna – ACPO (*)</i>	Programa Nacional para a Implementação da Convenção de Estocolmo para POPs. <i>Sergia Oliveira – Ministério do Meio Ambiente</i>	Debate
Plataforma do GT Químicos – leitura, discusses e aprovação	Debate	Aprovação de estratégias e ações
(*)Discussão em grupo: estrutura e estratégia do GT Químicos		Confraternização

As atividades marcadas com (*) não foram desenvolvidas

Infelizmente, devido a problemas de tempo devido a imprevistos, entre outros, a queda de energia elétrica no prédio onde ocorria o evento, nem todos os painéis foram realizados e o representante do Ministério da Saúde não pôde comparecer por mudança imprevista na agenda.

Resumo dos Painéis

Os painéis e discussões durante todo o Seminário foram muito diversos. A seguir uma breve descrição dos assuntos e principais questões abordadas em cada painel.

22 de janeiro de 2006

- *apresentação dos Participantes*: cada participante teve 5 minutos para apresentar um resumo do seu trabalho, bem como sobre a organização que representa e o trabalho que desenvolve.
- *caso de contaminação química – Caso Oires Barbosa*: – o Sr. Barbosa, por estar hospitalizado naquele dia, não pôde estar presente, porém enviou uma carta aberta lida por seu filho explicando como a VEDACIT, uma empresa produtora de impermeabilizantes para construção civil, o vitimou. O Sr. Barbosa desenvolveu várias doenças entre elas alguns tipos de cânceres devido a sua exposição a várias substâncias químicas durante sua jornada laboral, e mesmo com os pareceres de especialistas médicos, a companhia se recusa a admitir a sua grave contaminação. (*Leia no anexo B deste documento o teor completo da carta do Sr. Osíris Barbosa*).
- *Panorama dos Químicos em um Mundo Globalizado, por Fernando Bejarano de IPEN*: este painel foi apresentado juntamente com o painel sobre “O que é e como foi construída a Convenção de Estocolmo sobre POPs”.
- *Fóruns Internacionais de Discussão sobre Químicos por Karen Suassuna – ACPO*: devido à administração rígida sobre o tempo este painel não foi apresentado e os participantes decidiram fazê-lo em outra oportunidade.
- *Plataforma do GT_Químicos*: – leitura, discussões e aprovação – um documento denominado PLATAFORMA REDE BAN, até então utilizado como plataforma de ação do GT-BAN da Rede Brasileira de Justiça Ambiental foi lido pelos participantes e por cerca de 2 horas discutido, quando várias emendas foram sugeridas, sendo que no final da tarde o documento foi aprovado. Esse ato demonstrou simbolicamente a criação formal do GT_Químicos, um grupo de trabalho comum entre entidades da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e do Fórum Brasileiro de Movimentos Sociais para o Desenvolvimento. O documento sintetizou os principais tópicos de preocupação, que são: contaminação química para ninguém, conceitos de riscos químicos (direito de recusa para o risco químico imposto), princípio da precaução contra danos ao meio ambiente e à saúde. A plataforma também contém princípios para ações, tais como promover o direito de saber, intercâmbios e troca de experiência, articulação da sociedade civil nos fóruns nacionais e internacionais de negociação, capacitação da comunidade, integração com o sistema jurídico, empreender esforços para eliminar os riscos do uso de químicos altamente tóxicos, e , no caso dos agrotóxicos, buscar a promoção das práticas de gerenciamento de agroecologia, a conscientização do público sobre transferência de tecnologias sujas, com ênfase nos padrões duplos e discussões abertas sobre responsabilidade e passivo da indústria.

- *Discussão de grupo – estrutura e estratégia do GT_Químicos*: em consequência do pouco tempo, os participantes decidiram que esta discussão deveria ser tratada na próxima reunião do GT_Químicos.

23 de janeiro de 2006

- *O que é e como foi construída a Convenção de Estocolmo sobre POPs por Fernando Bejarano – IPEN*: – este painel apresentado juntamente com o painel “Panorama dos Químicos em um Mundo Globalizado”, no qual o Sr. Bejarano apresentou um panorama e perspectiva histórica do gerenciamento de químicos ao longo do tempo, seus maiores líderes tal como a bióloga norte-americana Rachel Carson, os grupos comerciais envolvidos, tais como o Conselho Mundial de Cloro, a Iniciativa para o Cimento Sustentável (Sustainable Cement Initiative) e os fóruns internacionais de negociação. O Sr. Bejarano apresentou, entre outros tópicos, os principais impactos dos POPs sobre a saúde dos seres vivos e o meio ambiente, e comentou sobre a importância do princípio da precaução para a Convenção de Estocolmo sobre POPs e sua implementação enfatizando o artigo 10 da Convenção que trata da Informação, Conscientização e Educação do Público, ponto importante para sociedade civil ao longo dos estágios de implementação. O princípio de substituição e de um acordo estratégico entre os setores da sociedade (ONGs, indústria e governo) destacando também as iniciativas de desenvolvimento de tecnologia visando a utilização do princípio BAT-BEP, (*Best Available Technologies and Best Environmental Practices*). O palestrante finalizou a apresentação com uma breve discussão sobre os mecanismos financeiros disponíveis para a implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs.

- *Principais preocupações da Sociedade Civil no Brasil em relação à Convenção dos POPs por Jeffer Castelo Branco – ACPO*: os tópicos abordados pelo representante da ACPO foram a importância do envolvimento da sociedade civil no gerenciamento de substâncias químicas em geral e especialmente na Convenção de Estocolmo sobre POPs, participação junto ao governo de consultas regulares sobre os impactos ao meio ambiente e à saúde, incluindo as questões dos Endocrine Disruptors, substâncias químicas que afetam o sistema hormonal das pessoas e que são características de alguns POPs. Lembrou sobre a necessidade de o Brasil empreender estudos sobre novos POPs. O Sr. Branco também levantou a necessidade de considerar algumas posturas fundamentais dos órgãos públicos frente a legislação brasileira de forma a garantir que estes possam agir na proteção da saúde pública, inclusive dos trabalhadores e do meio ambiente com respaldo da Convenção de Estocolmo, da necessidade de discutir desenvolvimento e aplicação de melhores práticas e técnicas, transferência de resíduos entre estados e uma obrigação adicional de avaliação de saúde ambiental no processo de Avaliação de Impacto Ambiental.

- *Estratégias do Ministério da Saúde de ações para implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs por Sr. Gilson Spanemberg*: devido a

mudança imprevista de última hora o palestrante e representante do Ministério da Saúde não pôde comparecer e fazer sua apresentação.

• *Programa Nacional para Implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs por SÉrgia Oliveira:* representando o Ministério do Meio Ambiente a Sra. Oliveira colocou que no primeiro estágio deste trabalho o governo desenvolveu um projeto financiado pelo GEF no valor de 350 mil dólares americanos que teve como suas principais prioridades diagnosticar e avaliar as necessidades nacionais para a implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs. Disse que até aquele momento havia sido realizado um seminário sobre agrotóxicos e áreas contaminadas. Um segundo seminário estava sendo planejado para fevereiro de 2006, onde se abordaria a questão das dioxinas e furanos, e PCBs, e também um outro seminário nacional seria realizado para apresentar os resultados do projeto. O website <http://www.mma.gov.br/port/sqa/prorisc/index.cfm?submenu=9> contém as informações do Ministério do Meio Ambiente sobre o NIP-POPs. O Brasil tem dois anos para apresentar o seu plano nacional de implementação (NIP) após a ratificação da Convenção, o que deve acontecer em setembro de 2006. A Sra. Oliveira também discutiu com os presentes a questão da incineração no Brasil, suas ligações com a implementação da Convenção de Estocolmo e a legislação existente no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a qual as ONGs consideraram desatualizada e imprópria para tratamento de POPs e muito dirigida para atender os interesses da indústria. Em seguida a representante do governo federal iniciou um debate sobre uma importante questão relativa ao painel da OMC que analisará as reclamações da União Européia contra o Brasil sobre a proibição da importação de pneus usados. Que o descarte de pneus usados na União Européia está em torno de 80 milhões de unidades/ano, sendo que uma parte considerável disso pode terminar vindo para o Brasil para “reciclagem” ou para serem queimados nos fornos de cimento (cement kiln incineration). Isto aumentaria consideravelmente as emissões do setor de cimento e as emissões gerais de POPs no país. As ONGs que já estavam acompanhando o caso decidiram realizar uma articulação em apoio a posição do governo brasileiro que é a de manter a proibição de importação de bens usados.

24 de janeiro de 2006

Discussão em Grupos de Trabalho

• *Divisão em 3 grupos de trabalho com as seguintes questões para debate:*

1 – Qual é a situação atual?

2 – O que queremos?

3 – Estratégias e ações

Os participantes do seminário foram divididos em grupos de 7 a 9 pessoas e discutiram durante 2h e meia as questões apresentadas durante os dias anteriores do Seminário, focalizando-se no envolvimento e participação da sociedade civil durante o processo de implementação e avaliação da Convenção. Os grupos apontaram um mediador e um relator que se encarregaram de organizar as

discussões, colher as propostas e entregar a conclusão do grupo na reunião plenária.

- *Relatórios dos grupos* – cada um dos 3 grupos utilizou trinta minutos durante a reunião plenária para relatar sobre os resultados de suas discussões e conclusões. Após cada exposição se fazia uma discussão entre os demais membros reunidos na plenária.

- *Debate na plenária – Aprovação de estratégias e ações:* Após as discussões e inclusões de sugestões a plenária aprovou os relatório dos três grupos de trabalho, apontando como resultado do Seminário. O relatório será enviado às autoridades governamentais, ONGs e publicado no website da ACPO (http://www.acpo.org.br/biblioteca/02_substancias_quimicas/pops/NIPONGs.pdf) e GT_Químicos (<http://www.fboms.org.br/>) e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (<http://www.justicaambiental.org.br>). A sessão seguinte explorou os resultados e os principais conteúdos da discussão em Grupo relativos às estratégias e ações aprovadas.

Recomendações

Esta seção tratará dos resultados aprovados na plenária. As questões que guiaram as discussões têm seu reflexo em três áreas principais que cobrem agrotóxicos, questões urbanas e questões industriais. Os desafios, dificuldades, ações e estratégias para a mobilização e participação da sociedade civil em torno do processo de implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs formaram as principais conclusões e recomendações do Seminário.

Qual é a situação atual?

A falta de informações do movimento social, dos trabalhadores, e de sociedade em geral pode ser considerada como um dos principais problemas identificados entre os participantes.

As condições de trabalho dos operários podem ser assim ilustradas: as companhias normalmente não fornecem informações sobre os impactos à saúde e ao meio ambiente relativos aos produtos e substâncias químicas que são manipulados e tampouco sobre as emissões liberadas para o meio ambiente de seus processos. Os trabalhadores não recebem equipamentos de proteção apropriados, não têm acesso aos relatórios médicos e poucos têm acesso aos resultados laboratoriais. São muito comuns relatos de casos de intimidação e pressão veladas a líderes de comunidades e de trabalhadores na realidade brasileira, transpondo as fronteiras legais e envolvendo cooptação, corrupção e alguma vez até ameaças de morte.

Os Estudos de impactos ambientais nos processos de licenciamento (EIA/RIMAS) não incluem adequadamente as questões de saúde pública, há

muitas reclamações sobre as dificuldades de acesso às informações durante o período de avaliação, e mesmo quando as informações são apresentadas às comunidades, são de difícil entendimento e pouco acessível para as pessoas comuns. Nas audiências públicas o saber local das comunidades e os grupos de interesse poderiam ser úteis para as análises governamentais durante o processo de avaliação ambiental, porém o fornecimento de informações incompletas às comunidades, a linguagem inapropriada usada nos documentos oficiais, a pressão política realizada por grupos de interesse do empreendedor sem qualquer motivação técnica e o curto prazo previsto para a análise de documentos técnicos e identificação de suas falhas são algumas das muitas dificuldades que as comunidades e os trabalhadores enfrentam na vida diária de ativismo por saúde ambiental.

A dificuldade técnica de grupos comunitários atingidos pelos empreendimentos para analisar as informações técnicas apresentadas durante os licenciamentos contribui bastante para esse cenário negativo. Um modo que a sociedade encontrou para tornar este processo menos desigual é envolver o Ministério Público em nível regional ou nacional. Isto tem gerado uma torrente de processos, e essas instituições têm sido inundadas por um número excessivo de reclamações ambientais e sociais relativas a muitas atividades, o que reduz consideravelmente a sua capacidade de resposta, embora ainda seja uma forte ferramenta da sociedade. Outra área que não tem a atenção necessária tanto pelas autoridades governamentais, quanto pelo setor privado é a do desenvolvimento e/ou transferência de tecnologia limpa.

Sobre as questões relativas ao meio urbano, tais como gerenciamento de lixo e resíduos, não há obrigação de reciclagem, e embora o Brasil tenha reconhecimento internacional de reciclagem de materiais, isto acontece em condições sociais e ambientais tão ruins que seriam condenadas por muitos países desenvolvidos. Muitas famílias sobrevivem de atividades de coleta de resíduos, embora haja poucos programas governamentais planejados para incluir este setor de trabalhadores “informais” nas estratégias de gerenciamento de resíduos. Nos últimos anos, embora a incineração não tenha sido o foco comum e principal da disposição final de resíduos, companhias nacionais e internacionais começaram a investir em projetos desta natureza. A incineração é vista por muitos setores da sociedade civil como um processo de exclusão (que promove a exclusão social). Para os catadores (trabalhadores de material reciclável), a incineração é uma das principais fontes antropogênica de emissões não intencionais de dioxinas e furanos, e pode desviar investimentos em reciclagem, uma atividade com potencial de inclusão social. Embora o Brasil tenha recentemente aprovado legislação para gerenciamento de resíduos hospitalares, com programas de reciclagem possibilitando o uso de tecnologias alternativas ao tratamento térmico, esses são raramente explorados como melhores práticas ambientais.

Sobre a questão dos agrotóxicos, a área continental do país, a expansão acelerada das monoculturas (como a soja e o eucalipto para a produção de celulose) e a falta de responsabilidade de grande parte do setor industrial por muitos anos, somado a políticas errôneas de coleta de materiais obsoletos e à falta de programas afins pelo governo, causaram o surgimento de muitas áreas contaminadas e grupos de trabalhadores e comunidades vitimadas pelos processos de fabricação, armazenamento, uso e descarte desses produtos. Os esforços para implementar projetos piloto para descontaminação de áreas são menores do que a realidade exige, e até a presente data o Brasil não tem um mecanismo financeiro específico estabelecido para permitir a intervenção firme do governo no sentido de prevenir, estabelecer com firmeza a obrigação de fazer a prevenção e tratar áreas órfãs contaminadas no País.

O comércio ilegal de agrotóxicos obsoletos demanda uma ação enérgica dos governos não apenas no nível local, mas em cooperação, pois a longa fronteira com países vizinhos facilita a atividade ilegal do contrabando. A falta de equipamentos, laboratórios e recursos humanos, capacitados principalmente para trabalhar em medidas de controle, apenas se somam ao quadro negativo ora demonstrado. Além disso, a agricultura ecológica e a produção orgânica não recebem a atenção apropriada como uma alternativa mais adaptada, limpa e sustentável para a produção agrícola que sustenta o desenvolvimento.

O que queremos?

À luz do acima descrito, algumas perspectivas sobre o futuro foram abordadas pelos participantes do seminário. A consolidação do direito ao acesso à informação (integral e inteligível) foi considerada como uma prioridade, sendo geradora de transformações e um dos requisitos fundamentais para uma implementação apropriada da Convenção de Estocolmo, imprescindível para o gerenciamento ambiental de substâncias químicas como um todo. Em outros países, como os EUA e muitos países europeus, o acesso às informações e a obrigação da indústria de publicar informações sobre emissões e transferência de poluentes têm ajudado muitas comunidades e trabalhadores a se prevenirem da exposição de tóxicos. Uma importante ferramenta a ser desenvolvida e implementada poderia ser o PRTR - Pollutant Release and Transfer Registers *em português*: Registro de Emissões e Transferências de Poluentes.

Entretanto, não é apenas o acesso à informação o pilar fundamental, mas também a representação e participação apropriada da sociedade civil no planejamento político, nas tomadas de decisão e nas esferas de implementação. A construção de capacidade e obtenção de condições técnicas e financeiras apropriadas para apoiar os movimentos sociais são questões chave a serem resolvidas.

Nas áreas urbanas, é necessária uma atenção especial dos governantes para o gerenciamento de lixo e resíduos urbanos. Na esfera federal, medidas deveriam

ser adotadas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, ainda em processo de votação no Congresso Nacional, que garantam a inclusão social através da incorporação dos catadores no sistema de gerenciamento de resíduos em uma perspectiva formal. O projeto de lei denominado Política Nacional de Resíduos Sólidos que tramita no Congresso Nacional não pode ser muito genérica a ponto de piorar as condições já asseguradas pela negociação. Um modo de prosseguir poderia ser a previsão de investimentos em cooperativas (plenamente cidadãs), infra-estrutura e estabelecimento de orientação para a participação no processo de tomada de decisão em nível municipal, salientando a inclusão social. Uma política nacional também deveria incorporar metas para diminuição de produção de lixo por parte da indústria e do consumidor, reciclagem de materiais, consumo responsável e responsabilidade do produtor pós-consumo. Em nível estadual, o governo deveria prestar atenção à infra-estrutura necessária para garantir que as metas sejam alcançadas regionalmente através de amplas discussões antes de cada tomada de decisão. Em nível local, as prefeituras precisam garantir, através de programas específicos, que locais de depósito de resíduos (aterros e lixões) não necessitem mais serem usados (reduzir gradativamente até eliminação total) e as licenças para novas plantas de incineração não deveriam ser concedidas. A construção da capacidade local envolvendo abordagem multisetorial pode gerar resultados positivos. Os planos regionais de gerenciamento de resíduos podem facilitar o planejamento local de consumo e descarte, coleta, e reciclagem de materiais, e deveriam dar preferência aos catadores e ao reconhecimento de que estes, juntamente com toda sociedade, são agentes importantes ao longo de toda a cadeia e que precisam ser envolvidos. Essas abordagens fazem parte do que poderíamos chamar de uma Política de Lixo Zero que, em uma perspectiva de longo prazo, contribuem para evitar emissões de POPs e ao mesmo tempo põem em prática os princípios básicos para se alcançar o desenvolvimento humano ambientalmente sustentável.

Em um país como o Brasil, que ocupa a primeira posição no ranking internacional da pior distribuição de renda, políticas ambientais não podem estar desconectadas das políticas sociais, mas devem tê-las como ferramenta para patrocinar a Justiça Ambiental. Neste ponto de vista, o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs, ratificada e em processo de implementação, se bem sucedido na sua execução, pode oferecer à sociedade brasileira um caminho para um futuro mais sustentável e justo.

A próxima sessão oferece um conjunto de estratégias que podem contribuir para a mobilização, inclusão e participação de diferentes segmentos da sociedade civil no plano nacional de implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs (NIP-POPs).

Estratégias e Ações

Este conjunto de estratégias e ações aqui apresentadas representa um passo inicial e precisa ser visto como resultado de um primeiro exercício de um grupo de organizações que se mobilizaram para pesquisa e ação política sobre questão das substâncias químicas e de justiça ambiental. Sendo resultado da primeira reunião do grupo, este esforço deve ser visto como a primeira contribuição a um processo em andamento.

Estratégias sugeridas estão marcadas com [○] e ações marcadas com [■]

- Acesso às Informações

- Estratégia: aumentar o acesso à informação, estimulando as agências licenciadoras a tornarem disponíveis ao público em geral as informações ambientais e de saúde.

Ações

- Participar do desenvolvimento e implementação das atividades de registro governamental de poluentes (POPs e outros)
- Assegurar a participação das ONGs no desenvolvimento e nas ações de implementação do registro nacional.
- Participar do desenvolvimento e implementação do PRTR

- Estratégia: reformular parte da avaliação e licenciamento ambiental de atividades poluentes

Ações

- Incluir a perspectiva dos POPs na segunda fase do Acordo de Licenciamento entre o FBOMS e o MMA.
- Propor que os empreendimentos de grande escala que possam gerar POPs sejam classificados como estando no âmbito federal de licenciamento ambiental (exemplo: refinarias de aço, plantas de incineração, plantas de cloro-soda, plantas de PVC).
- Requerer que as audiências de licenciamento sejam realizadas fora dos horários de trabalho.
- Requerer que as informações sejam fornecidas antecipadamente, em linguagem compreensível, acessível e em website pelos empreendedores e autoridades governamentais.
- Propor que se considerem as emissões de POPs no processo de renovação de licença.
- Para novos empreendimentos, adotar o BAT/BEP segundo o escopo da Convenção de Estocolmo sobre POPs no processo de licenciamento.

- Inventário de PCBs

- Estratégia: identificar e quantificar estoques

- Fazer o inventário de equipamentos que usam PCBs (que ainda estiverem em uso e os fora de uso) em conjunto com o setor privado.
 - Identificar os equipamentos que ainda estiverem usando PCBs com participação da comunidade.
 - Amostrar e monitorar áreas e equipamentos contendo PCBs ainda em uso e em áreas de armazenamento.
 - Identificar o destino dos estoques de PCBs.
 - A indústria deve permitir o acesso fácil ao público de informações sobre as quantidades e locais dos estoques de PCBs.
- Gerenciamento de Lixo e Resíduos
 - Estratégia: Inclusão de catadores no sistema de gerenciamento de resíduos.
 - Identificar as organizações de catadores no nível federal, estadual e local.
 - Promover a integração dos catadores no sistema de gerenciamento de resíduos, na perspectiva da justiça ambiental e da inclusão social.
 - Promover fóruns de troca de experiências bem sucedidas e em parceria com os catadores e governo local e grupos de interesse relevantes.
 - Estratégia: Política de Lixo Zero
 - Promover discussões e desenvolvimento de programas de lixo zero
 - Integrar os catadores e outros grupos nas discussões multissetoriais de uma política de lixo zero.
 - Identificar técnicas de gerenciamento de fração orgânica para compostagem.
 - Identificar e desenvolver oportunidades de mercado para compostagem
 - Exigir do Ministério da Saúde programas de gerenciamento de resíduos hospitalares e compromisso de desativação de plantas de incineração.
- Agrotóxicos (pesticidas) Obsoletos e Estoques
 - Estratégia: Envolvimento multissetorial para destruição de agrotóxicos obsoletos e estoques
 - Inventário de agrotóxicos contendo POPs obsoletos, com a participação das organizações agrícolas e pequenos fazendeiros, fazendeiros orgânicos, associações de trabalhadores rurais inclusive movimento sem terra.

- Desenvolvimento de estratégias para destruição de agrotóxicos contendo POPs obsoletos, com participação multisetorial.
 - Pesquisa e promoção de implementação de tecnologias de destruição sem incineração (sem-combustão).
 - Pressionar o governo para que promova a articulação de diferentes organizações governamentais e outros grupos de interesse para estimular a agroecologia e a redução no uso de agrotóxicos até atingir sua total eliminação.
 - Estratégia: envolvimento e apoio às vítimas do DDT
 - Identificação de trabalhadores governamentais que tenham manipulado DDT em campanhas de erradicação de mosquitos (FUNASA e outros).
 - Identificar áreas e comunidades contaminadas por depósitos irregulares de DDT no país.
 - Garantir a participação de representantes dos trabalhadores e atingidos pela contaminação em eventos que discutam DDT.
- Áreas contaminadas
 - Estratégia: Identificação
 - Estabelecer critérios e indicadores de contaminação em solo de POPs e outros poluentes
 - Requerer o mapeamento de áreas contaminadas
 - Requerer a descontaminação e a recuperação de áreas contaminadas com uso de tecnologias seguras e bem avaliadas.
 - Pressionar o governo para que promova seminários de tecnologias de tratamento para áreas contaminadas
 - Estimular a troca de tecnologia via projetos piloto usando sistemas tecnológicos não térmicos (não incineração).
 - Estimular o desenvolvimento de técnicas alternativas de descontaminação para técnicos.
 - Promover parcerias com universidades para elaborar relatórios de avaliação técnica sobre áreas contaminadas em estudo.
 - Auxiliar no desenvolvimento e implementação de mecanismo financeiro, como exemplo, um fundo especialmente planejado para atender as demandas governamentais relativas às áreas contaminadas - (como o “Superfund” no caso da legislação dos EUA).
 - Participar efetivamente da elaboração de uma lista de prioridades relativa a áreas contaminadas
 - Elaborar e publicar um livro com os principais casos de contaminação, incluindo metodologias aplicadas na recuperação e testemunhos de comunidades.

- Garantir a informação e a participação das comunidades atingidas nas decisões referentes aos seus territórios e interesses.
- Difusão de Informações
 - Estratégia: difusão de informações e mobilização para a Convenção de Estocolmo sobre POPs.
 - Produzir materiais informativos em linguagem acessível
 - Traduzir e adaptar o material internacional já preparado pela Pesticide Action Network (PAN).
 - Promover campanha de publicidade com personalidades amplamente conhecidas tais como o cartunista Ziraldo.
 - Como uma atividade de início rápido, criar um website para tornar disponível as informações básicas sobre a Convenção de Estocolmo sobre POPs.
 - Desenvolver e promover programas educacionais para aumentar a consciência focando em crianças e outros grupos de risco.
 - Envolver as redes de rádio comunitária e desenvolver programas de rádio focando em audiência de comunidades rurais.
- Capacitação de Líderes Comunitários para a Convenção de Estocolmo sobre POPs.
 - Estratégia: capacitação de organizações comunitárias e da sociedade civil.
 - Identificar ou criar infra-estrutura para capacitação.
 - Promover cursos de capacitação e de liderança sobre a Convenção de Estocolmo sobre POPs desenvolvidos em parceria entre governos e ONGs.
 - Identificar grupos de interesse que possam agir como multiplicadores.
 - Promover cursos de capacitação que se focalizem na preparação de multiplicadores, tais como associações de catadores, donas-de-casa, enfermeiros, líderes comunitários entre outros.
 - Promover cursos de capacitação que incluam a análise da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
 - Promover cursos de capacitação voltados para jornalistas e a mídia.
 - Desenvolver diagnóstico ambiental baseado em comunidade como ferramenta para o envolvimento da comunidade.
 - Identificar e multiplicar as experiências de envolvimento comunitário.
 - Estratégia: capacitação de áreas focais

- Promover cursos de capacitação sobre incineração, incluindo cimenteiras, para as comunidades atingidas e grupos locais que atuam na área de saúde e meio ambiente .
 - Promover cursos de capacitação sobre gerenciamento de Lixo Zero.
- Apoio Técnico e à Pesquisa
 - Estratégia: identificar técnicos e pesquisa acadêmica de suporte sobre POPs e participação comunitária.
 - Identificar técnicos de diferentes setores tais como médicos, advogados, engenheiros que possam apoiar ONGs e redes civis.
 - Pesquisar a experiência nacional sobre responsabilidade civil e criminal em casos de contaminação.
 - Pesquisar a substituição bem sucedida de materiais tais como PVC em outros países.
 - Pesquisar impactos à saúde de disposição final inadequada de resíduos de POPs para subsidiar as campanhas da sociedade civil.
 - Criação de fundo de apoio a pesquisas e cooperação técnica de universidades e centros de pesquisa, articulados às demandas de comunidades, movimentos sociais, ambientalistas e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental.
- Elevar a conscientização de Organizações Intergovernamentais tais como UNEP, UNIDO, para discussões relativas aos setores de alumínio e aço.

ANEXO A

Participação de Sociedade Civil nos Seminários preparatórios visando o Plano Nacional de Implementação (NIP) referente ao Projeto PDF-B patrocinado pelo Global Environment Facility (GEF) e executado pelo Governo Brasileiro

Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo - NIP-POPs-Brasil

No caso brasileiro em função da complexidade envolvida o GEF – Global Environmental Facility concedeu ao País um financiamento para um projeto preparatório denominado **Project Development Facility – ID 2096, Status PDF-B**, destinado ao levantamento das necessidades nacionais para a elaboração da proposta de projeto do NIP. No Brasil o NIP-POPs é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, que diferentemente da proposta original optou por realizar 3 seminários nacionais divididos em 1) Agrotóxicos; 2) Dioxinas e Furanos e; 3) PCBs.

Seminário sobre Agrotóxicos

Nos dias 15 e 16 de agosto de 2005, foi realizado o **Seminário sobre Agrotóxicos**: aldrin, clordano, DDT, dieldrin, endrin, heptacloro, mirex e toxafeno. O Ministério do Meio Ambiente retirou o hexaclorobenzeno (HCB) da discussão alegando que o assunto seria discutido nas fontes não intencionais. A ACPO encaminhou documento anexo solicitando reconsideração, alegando que o HCB devia constar tanto na discussão das fontes não intencionais quanto intencionais, pois apesar do HCB não ter sido utilizado na agricultura brasileira, ele está presente em vários casos de contaminação ambiental no Brasil, como exemplo, o Caso Rhodia na Baixada Santista estado de São Paulo. Várias populações foram expostas e contaminadas, sendo que neste caso, o HCB inclusive foi usado equivocadamente como adubo e agrotóxico, portanto se deveria discutir a questão do HCB nos dois momentos, ou seja, como agrotóxicos e como emissão não intencional. Por ocasião do seminário, porém, a discussão permeou principalmente a questão de busca e destruição de estoques obsoletos; áreas contaminadas; custos de destruição e combate ao contrabando.

Seminário Dioxinas e Furanos

Nos dias 6 e 7 de fevereiro de 2006, foi realizado o Seminário sobre dioxinas e furanos. As reuniões foram precedidas de painéis que abordaram a questão das dioxinas e furanos, e foram bastante críticas com posições fortes dos setores

presentes, porém os órgãos estaduais de meio ambiente e a indústria não estavam preparados naquele momento para darem uma contribuição efetiva para o NIP-POPs de forma coerente e eficaz. Durante o Seminário foram criados 3 grupos de trabalho: G1 – que tratou da questão do inventário das fontes principais; G2 – tratou da capacitação e infra-estrutura e G3 – das medidas para redução e eliminação.

As ONGs participaram com duas pessoas do Grupo 3, que tinham como tema "Medidas de Redução e Eliminação" e três linhas de discussões: a) Processos de Produção não intencional; b) Capacitação para informação e níveis de informação e; c) Alternativas tecnológicas. O Grupo estava assim representado e distribuído: 50% Indústria; 36% Governo; 14% ONGs. Naquele momento o setor da indústria e dos órgãos ambientais estaduais não trouxeram propostas concretas tangíveis. Inclusive, os órgãos ambientais estaduais, apoiados pela indústria, não permitiram que as propostas das ONGs fossem internalizadas, apesar de ser o único setor que apresentou propostas efetivas para controle e redução e eliminação de emissão de dioxinas e furanos em fontes fixas.

Os órgãos ambientais estaduais (OEMAS) propuseram remeter toda a discussão para uma política Nacional de Governo. Durante as discussões, respondendo a indagação das ONGs, as OEMAS declararam que continuariam a licenciar empreendimentos que emitem POPs. Os representantes da indústria, ao serem indagados quanto às suas propostas de redução e eliminação de POPs, alegaram que estavam envolvidos em várias outras atividades e assuntos mais urgentes, e que não tiveram tempo para construir suas propostas. Além disso, informaram ao Grupo de Trabalho que eles não têm clareza quanto ao seu papel no plano de implementação da Convenção de Estocolmo.

Durante as discussões do grupo, os representantes da Sociedade Civil Organizada (ONGs), buscando ser mais efetivos durante o processo, apresentaram no final um conjunto de propostas objetivas, porém os representantes das OEMAS e INDÚSTRIAS tentaram objetá-las, chegando o representante do Órgão Ambiental de São Paulo a propor que as propostas das ONGs fossem votadas. Os representantes das ONGs tiveram então que lembrar a todos que o grupo não tinha esta característica de ser deliberativo, e que o objetivo do seminário era o de levantar todas as propostas sem censura, e que estas deveriam ser apresentadas ao Ministério do Meio Ambiente para sua avaliação. Com o clima desfavorável para o diálogo franco e aberto, decidiu-se então que todas as propostas fossem remetidas para plenária..

O encaminhamento ficou assim definido: a) Propostas lidas e não votadas seriam encaminhadas para discussão na plenária; b) A organização do Evento (MMA) abriu para que todos possam enviar propostas mesmo sem discussão nos GTs. Os representantes das ONGs alegaram que desta forma o processo perderia sua transparência, pois não seriam discutidas as propostas dos outros setores que chegassem posteriormente. Para apaziguar o desentendimento entre os setores, a

Organização do Evento se comprometeu a encaminhar para todos os participantes as propostas posteriores para serem submetidas a críticas.

A consolidação do documento final não foi realizada pela Organização do Evento até o momento.

Segue abaixo o documento entregue pelas ONGs, representadas pela ACPO – Associação de Combate aos POPs (São Paulo); ADRVDT-CPA – Associação em Defesa de Reclamantes e Vitimados por Doenças do Trabalho na Cadeia Produtiva do Alumínio (Pará) e APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte (Paraná).

- Adoção do conceito “bolha” como medida de redução de POPs em processos de novos licenciamentos de fontes de emissão. (Taxa de substituição de 1:1,x. Findado o inventário de emissões de dioxinas de fontes fixas, será necessário a aplicação do conceito bolha, ou seja, para uma nova fonte de POPs ser licenciada será necessário a retirada da mesma quantidade mais uma taxa de redução de fontes existentes).
- Ações concretas para recuperação de áreas contaminadas (identificação das áreas novas, planos de descontaminação e cronograma de execução; para as antigas áreas, auditoria do que foi realizado até o momento).
- Criação da Comissão Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo para avaliação e tomada de decisões imediatas e de longo prazo com composição paritária de 50% da sociedade civil. (A sociedade é o segmento mais vulnerável às conseqüências da contaminação por POPs. Além disso, ela compreende uma ampla gama de grupos que tem saberes específicos sobre suas realidades e problemas, e enorme potencial para contribuição de soluções, e se divide em ONGs ambientalistas, movimentos feministas, associações de trabalhadores e de comunidades atingidas, e outros movimentos sociais em geral).
- Criação de rede nacional de comissões estaduais com a mesma configuração da Comissão Nacional para implementação mais eficiente da Convenção de Estocolmo. (Na impossibilidade da instituição de comissões estaduais, é necessário que exista um ponto focal em cada estado independente das estruturas existentes para promover e fiscalizar o Plano de Implementação em nível estadual, com autonomia política e subordinada à Comissão Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo).
- Criação de mecanismos financeiros para promoção de cursos de capacitação de ONGs visando a implementação do NIP, a serem organizados pelas ONGs. (Visando o cumprimento da Convenção de Estocolmo no tocante à participação da sociedade civil, são necessárias ações eficazes de capacitação de lideranças sociais e de apoio técnico local).

- Financiamento para estudos dos impactos sociais da contaminação por POPs a serem feitos pelas ONGs. (As ONGs devem participar da organização e supervisão desse tipo de estudos para garantir que os resultados sejam obtidos através de metodologias aceitáveis pela sociedade, possível somente com garantia do controle social).
- Projetos de informação para o Poder Judiciário das obrigações assumidas pelo Brasil na Convenção de Estocolmo. (Além da Convenção já ser um marco legal, e também considerando a necessidade da revisão da legislação brasileira e suas possíveis adaptações da lei e suas implicações processuais à luz da Convenção de Estocolmo, torna-se necessário um programa ou projeto como o proposto acima).
- Projetos de informação e de integração da Previdência Social com as questões da Convenção de Estocolmo (É necessário que a Previdência Social reconheça os acidentes de contaminação, seja por exposição crônica ou aguda, e tome as devidas providências de mitigação e não exposição a novas substâncias químicas como recomendam as indicações médicas).
- Criação, através da Comissão Nacional, de uma linha de interlocução com os outros Ministérios, para tratar da prevenção e mitigação dos impactos sociais decorrentes da contaminação por POPs. (É necessário que os ministérios, como por exemplo da Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, Previdência Social e outros afins sejam convidados a apresentar a sua contribuição necessária no processo de implementação da Convenção).
- Financiamento para estudos ambientais, epidemiológicos, toxicológicos das comunidades impactadas das indústrias cimenteiras que processam resíduos perigosos, incineradores e outras fontes listadas no Anexo C da Convenção. (As comunidades vulneráveis, à luz da Convenção, têm o direito de saber sobre os impactos a que estão expostos).
- Seminário Internacional para discussão de alternativas tecnológicas para Tratamento de POPs de Não-Combustão e Mínimo Risco. (A sociedade civil organizada nacional e internacional condena o uso de tecnologias de combustão para tratamento de POPs).
- Seminários Estaduais para criar estratégias de diálogo permanente entre a sociedade civil organizada, comunidades impactadas e demais movimentos sociais com as agências ambientais e municipais.
- Garantia da participação efetiva das ONGs ambientalistas nos processos de Comunicação de Risco para a Sociedade Brasileira.
- Revisão das exigências no licenciamento de fontes de emissão de POPs quanto às exigências da Convenção de Estocolmo e o Princípio da Precaução.
- Adequação da legislação ambiental (EIAs/RIMAs).

- Renovação dos licenciamentos em vigor à luz da Convenção de Estocolmo.
- Turnos de trabalho de fiscalização por parte dos órgãos ambientais cobrindo 24 horas para acompanhar todo o processo de eliminação e controle de emissões de POPs.
- Criação de um sistema padronizado de monitoramento e acompanhamento de destruição de estoques obsoletos de materiais contendo dioxinas e furanos, como também de sistema padronizado de monitoramento de emissão.
- Instalação de um laboratório 100% público para detecção de dioxinas e furanos (em cada região do país no mínimo).
- Prever no NIP verba específica para viabilizar a atuação das OEMAs e das ONGs ambientalistas no cumprimento das estratégias aqui propostas.

Seminário sobre PCBs

Nos dias 6 e 7 de fevereiro de 2006, foi realizado o Seminário sobre PCBs, após os painéis previstos os participantes foram divididos em três grupos de trabalhos: **G1 – com o tema Estoques de PCBs no Brasil** devendo discutir sobre: Metodologia - PCBs em uso e como resíduo - Equipamentos elétricos contendo originalmente PCBs - Inventariar equipamentos elétricos, áreas e instalações contaminadas com PCBs - Outras fontes de PCBs; **Grupo 2 – Redução dos Riscos e Eliminação de PCBs** devendo discutir sobre: Medidas para redução - Destinação e Eliminação - Avaliação de Riscos à Saúde - Divulgação e Comunicação e; **Grupo 3 – sobre as adequações necessárias.** Reduzida a pressão dos dias anteriores durante a discussão de fontes não intencionais, as ONGs puderam trabalhar com mais tranquilidade, apresentando propostas e emendas em conjunto com os outros setores.

O grupo G1, além de realizar um histórico sobre os problemas relacionados com PCBs, apresentou as seguintes recomendações:

- Instituição de Grupo de Trabalho para preparar, acompanhar e consolidar as informações do inventário para garantir a interpretação correta;
- Preparação de mecanismo de coleta de informações como um formulário on-line, primeiramente inserido no Cadastro Técnico Federal com uma estratégia de obrigatoriedade de preenchimento informando a existência ou não de equipamento PCB, englobando na 1ª etapa as atividades potencialmente poluidoras;
- Em uma 2ª etapa seriam incluídas as outras atividades que utilizam equipamentos a PCBs como por exemplo: bancos, hospitais, shopping centers etc;

O grupo G2, apresentou várias recomendações, porém destacamos apenas algumas:

- Avaliar as tecnologias existentes para a eliminação de POPs, embasando a tomada de decisões, com ampla participação da sociedade.
- Melhorar a fiscalização do procedimento de estocagem, visando à elaboração de um plano de eliminação dos estoques pelas empresas, considerando 2025, como data limite.
- Realizar avaliações ambientais periódicas em matrizes diversas com objetivo de identificar possíveis fontes, passivos e populações atingidas.
- Realizar avaliações toxicológicas periódicas e estudos epidemiológicos com objetivo de avaliar os níveis de contaminação da população.
- Incluir a avaliação de PCBs (POPs) em exames ocupacionais, em empresas.
- Criação de um plano de redução de risco. (reduzir probabilidade de exposição);
- Realizar um Seminário (Nacional/Internacional) de Alternativas para a Eliminação de POPs.
- Integração e divulgação das avaliações ambientais, epidemiológicas e ocupacionais.
- Necessidade de capacitação e treinamento de técnicos, gestores públicos, representantes da sociedade civil, lideranças comunitárias, assim como outros atores envolvidos, nas áreas de:
 - Educação Ambiental voltada aos POPs.
 - Identificação, prevenção e tratamento de contaminação humana por POPs.
 - Na solicitação de avaliações ambientais, ocupacionais e na agricultura.
 - Na análise dos dados gerados, pela implementação da Convenção.
 - Na tipificação de fontes e impactos.
- Plano Nacional de divulgação e comunicação da Convenção de Estocolmo, envolvendo profissionais da área de comunicação.

O grupo G3, também apresentou várias constatações e recomendações, das quais destacaremos algumas:

- Existem instrumentos legais em nível federal e estadual, porém sem relação entre si.
- Em nível federal: existem regulamentações que, contudo, são incompletas.
- É necessário o envolvimento de todas as áreas correlatas do governo federal (MS, MTE, MMA etc.).

- É necessário o estabelecimento de valores nacionais de referência para contaminação de instalações, equipamentos e materiais de uso industrial e comercial.
- Determinar o estabelecimento de critérios e padrões para avaliação da contaminação dos diversos substratos ambientais.
- Regulamentar aspectos de saúde ocupacional
- Buscar a melhor forma de destinação final
- Executar e acompanhar os planos de eliminação de PCBs, estabelecendo como condicionantes das renovações das Licenças de operação das empresas que possuem PCBs em operação, estoque ou como passivos.
- Propor um calendário, com metas intermediárias, compatível com as provisões da convenção de Estocolmo para eliminação das PCBs.
- Estimular o desenvolvimento de tecnologias de não combustão para destinação final de PCBs, e a desenvolvimento tecnológico do setor.
- Criar um grupo permanente de acompanhamento da aplicação da legislação, visando, inclusive, ações padronizadas nos Estados e Municípios no cumprimento da lei.
- Garantir na legislação o direito de saber e o direito de recusa, principalmente nas áreas de influências.

ANEXO B

CARTA ABERTA AO SEMINÁRIO SOBRE QUÍMICOS

Por OIRES VALTER BARBOSA

Salvador, 22 de Janeiro de 2006

RESUMO

Trata-se de uma carta aberta muito comovente que foi dirigida aos participantes do Seminário Nacional sobre Químicos e à opinião pública para esclarecimento de fatos que ocorreram com o Sr. OIRES VALTER BARBOSA e que mostram que a empresa VEDACIT foi omissa e indiferente para com seus funcionários.

A VEDACIT, empresa de origem alemã, é uma das maiores empresas no Brasil ou talvez no mundo na área de Impermeabilizantes (Produtos Químicos para Construção Civil), mas que não assume suas responsabilidades sociais nem ambientais perante a sociedade brasileira e o Poder Judiciário.

O Sr. OIRES VALTER BARBOSA relata que se contaminou durante os vários anos que trabalhou na VEDACIT, e que nunca foi informado dos riscos que corria, nem nunca recebeu equipamento de proteção ou treinamento especial. Revela também que os trabalhadores que entram na justiça com ações e/ou representações são intimidados pela empresa e passam a ser vistos como malfeitores e oportunistas dispostos a extorqui-la.

O Sr. Oires contou também que a empresa não se interessou em investigar seu caso de câncer de pele em 1994, e não acionou profissionais da área, como médico do trabalho, engenheiro químico e técnico de segurança do trabalho.

Porém, no processo industrial da empresa VEDACIT onde trabalhava o Sr. OIRES, havia substâncias tóxicas tais como benzeno, xileno, asfalto, aguarrás, etc. Muitas permanecem no organismo humano durante décadas, e a curto, médio ou longo prazo, são responsáveis por graves anomalias tais como tumores malignos, tumores hepáticos e da tireóide, alterações neurológicas ou eletroencefalográficas, neuropatias, etc. A contaminação por essas substâncias altamente perigosas levou o funcionário a ter sérios problemas, tais como perda

da tireóide, perda da vesícula perda de 2 pedaços do fígado; tendo sido diagnosticados e retirados 6 cânceres de pele. Sofreu também contaminação de diversos órgãos internos, já que a doença não foi diagnosticada e tratada com a devida antecedência, passando para a corrente sanguínea.

O Sr. OIRES sabe que continuará vítima da empresa até que a justiça defina os direitos e deveres de ambos, e afirma que não os teme, porém não ignora a sua força destrutiva e vingativa. Para ele, o papel e o lápis representam as únicas armas que dispõe no momento para revidar as arbitrariedades, as incoerências, a arrogância e prepotência da VEDACIT. O senhor OIRES BARBOSA declarou também que, apesar de tudo, possui esperanças de que a empresa algum dia mude sua atitude e passe a assumir a responsabilidade dos males que vem cometendo.

CONCLUSÃO DO RELATORIO MEDICO DO CESAT:

As informações a respeito da exposição ocupacional do Encarregado de Almoxarifado Sr. Oires Valter Barbosa, constantes do presente relatório médico foram também confirmadas através das informações fornecidas pela própria empresa e de inspeção realizada na empresa VEDACIT DO NORDESTE S/A - nas datas de 21/2 e 15/03/2005, e que constam do Documento Técnico: 006/2005, tendo como objetivo, avaliar condições de trabalho para subsidiar investigação diagnóstico de doença do Trabalho.

Emitido: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA SAÚDE -
SESAB / SUVISA CESAT - SUS-BA - AMBULATÓRIO DE DOENÇAS DO
TRABALHO MÉDICO: Dr. Sinval Malta Galvão Médico do trabalho - CRM.
5439

Salvador, 22 de Janeiro de 2006

ANEXO C

LISTA DE PRESENÇA

Seminário Estratégias de Mobilização da Sociedade Civil Brasileira para o Processo de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluente Orgânicos Persistentes – POPs

01

Contato: Attila Silva

Entidade: ODESC – Organização de Desenvolvimento Sustentável e Comunitário – OSCIP

Cidade / Estado: São Paulo – São Paulo

02

Contato: Belmiro Silva dos Santos

Entidade: ABEA - Associação Baiana dos Expostos ao Amianto

Cidade / Estado: Simões Filho - Bahia

03

Contato: Cecília Allen

Entidade: GAIA – Global Anti-Incinerator Alliance

País: Argentina

04

Contato: Cristiane Maria Macau Rocha

Entidade: Fórum Carajás

Cidade / Estado: São Luiz - Maranhão

05

Contato: Eliezer João dos Santos

Entidade: ABREA – Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto

Cidade / Estado: Osasco – São Paulo

06

Contato: Fernanda Barbosa

Entidade: Sociedade Civil (Filha de Oires Valter Barbosa)

Cidade / Estado: Salvador - Bahia

07

Contato: Fernando Bejarano González

Entidade: Red de Acción sobre Plaguicidas y sus Alternativas en México (RAPAM), IPEN

País: México

08

Contato: Gabriela Gomes Coelho Ferreira

Entidade: Movimento Social

Cidade / Estado: Porto Velho – Rondônia

09

Contato: Giovana Maria Tadaeski Arruda

Entidade: Ministério do Meio Ambiente

Cidade / Estado: Brasília – Distrito Federal

10

Contato: Gilvandro Ferreira Santa Brígida

Entidade: Sindicato dos Químicos de Barcarena

Cidade / Estado: Barcarena - Pará

11

Contato: Jaime Weber

Entidade: CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - RAP-AL

Cidade / Estado: Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul

12

Contato: Jeffer Castelo Branco

Entidade: ACPO – Associação de Combate aos Poluentes

Cidade / Estado: Santos – São Paulo

13

Contato: João Batista Dias

Entidade: AEIMM – Associação dos Expostos e Intoxicados por Mercúrio Metálico

Cidade / Estado: São Paulo – São Paulo

14

Contato: João Nascimento

Entidade: Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais

Cidade / Estado: Campo Grande – Mato Grosso do Sul

15

Contato: João Paulo Guinalz

Entidade: ACPO – Associação de Combate aos Poluentes

Cidade / Estado: Belém -Pará

16

Contato: Karen Suassuna

Entidade: ACPO – Associação de Combate aos Poluentes

Cidade / Estado: São Paulo – São Paulo

17

Contato: Leonardo Barbosa

Entidade: Sociedade Civil (Filho de Oires Valter Barbosa)

Cidade / Estado: Salvador - Bahia

18

Contato: Manuel Strauch

Entidade: UPAN – União Protetora do Ambiente Natural

Cidade / Estado: São Leopoldo – Rio Grande do Sul

19

Contato: Marcelo Firpo Porto

Entidade: ENSP/FIOCRUZ – Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Cidade / Estado: Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

20

Contato: Marcio Antonio Mariano da Silva

Entidade: ACPO – Associação de Combate aos Poluentes

Cidade / Estado: São Vicente – São Paulo

21

Contato: Maria Eugenia Acosta Camacho

Entidade: RAPAM - RAPAL

País: México

22

Contato: Maria Aparecida Ambrozino

Entidade: AMBAJA - Movimento Socioambiental

Cidade / Estado: Itaguaí – Rio de Janeiro

23

Contato: María Elena Rozas

Entidade: Alianza por una Mejor Calidad de Vida, RAP-AL

País: Chile

24

Contato: Odesson Alves Ferreira

Entidade: Associação das Vítimas do Césio 137

Cidade / Estado: Goiânia - Goiás

25

Contato: Oires Valter Barbosa

Entidade: ACPO – Associação de Combate aos POPs (associado)

Cidade / Estado: Salvador - Bahia

26

Contato: Patrícia Honorato Zerlotti

Entidade: Rios Vivos

Cidade / Estado: Campo Grande – Mato Grosso do Sul

27

Contato: Reinaldo Júnior Azevedo Damasceno

Entidade: Associação em Defesa de Reclamantes e Vitimados por Doença do Trabalho na Cadeia Produtiva do Alumínio - ADRVDT

Cidade / Estado: Barcarena - Pará

28

Contato: Sabrina Bandeira Lopes

Entidade: FASE, secretaria da Rede Brasileira de Justiça Ambiental

Cidade / Estado: Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

29

Contato: Sérgia Oliveira

Entidade: Ministério do Meio Ambiente

Cidade / Estado: Brasília – Distrito Federal

30

Contato: Justiniano Zilton Rocha

Entidade: Deputado - Assembléia Legislativa da Bahia

Cidade / Estado: Salvador - Bahia

31

Contato: Zuleica Nycz

Entidade: APROMAC - Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte

Cidade / Estado: Curitiba - Paraná